



Anais da Assembléia

N.º 60

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1.981.

ANO VI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 55.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1.981.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56); achando-se em licença os Srs. Deputados José Tavares e Valduga (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Responderam a chamada 20 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Rachid Scaff, ocorrido em Londrina.

Requer outrossim, seja dado ciência deste requerimento à família enlutada, na rua Augusto Severo, 330 — Aeroporto

— Londrina, em nome do Sr. Jacy Scaff.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.981.

a) Fiori Luiz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora EDINA GABRIEL MOREIRA, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.981.

a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador, Sr. PAULO MILEK SOBRINHO, ocorrido na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.981.

a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Cordeiro Wolff, ocorrido em Londrina.

Requer outrossim, seja dado ciência deste requerimento à família enlutada, no seguinte endereço: Sr. Abilio Wolff Jr, Rua Goiás, 1.136 — Londrina.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.981.

a) Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino. (Declina).

Tendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com pelo menos cinco anos de atraso, o Governo Federal está em vias de colocar em prática uma legislação definitiva para o meio ambiente.

No próximo dia 2 de junho, segundo informações publicadas pela imprensa, o Presidente Figueiredo deverá assinar o anteprojeto de lei que define a política nacional do meio ambiente. Este anteprojeto, diga-se, está há cinco anos em tramitação pelo Ministério do Interior.

É condição básica para uma Nação ter, ao lado de suas metas de desenvolvimento agrícola e industrial, uma política de meio ambiente. Uma política séria, adequada, que impeça que o futuro de cada cidade e a saúde de sua população fiquem constantemente ameaçadas pela fumaça e pelo mau cheiro.

Há muito o brasileiro está cansado de escutar que a

poluição é o preço do progresso. Na verdade, não se pode comparar uma coisa com outra. Pelo contrário, a poluição é o preço do retrocesso, da saúde afetada por doenças, do nascimento de prematuros, de deficiências no desenvolvimento normal de uma pessoa.

Pelo que se conhece do anteprojeto a ser assinado pelo Presidente e depois encaminhado ao Congresso Nacional, a política a ser adotada atingirá três níveis: municipal, estadual e federal. Cada nível terá uma determinada atuação, sabendo-se por exemplo que os Estados poderão determinar o fechamento de indústrias por um período de 15 dias se houver uma situação de emergência, mas fica reservado ao Governo Federal o direito de encerrar as atividades de uma empresa por um período superior a duas semanas.

O que todos nós Parlamentares esperamos é que, durante esses cinco anos em que este anteprojeto esteve circulando no Ministério do Interior, ele tenha recebido a colaboração dos diversos segmentos da sociedade diretamente relacionados com a preservação do meio-ambiente.

Desejamos que a política nacional do meio ambiente não tenha sido fruto de uma discussão entre técnicos e burocratas e que efetivamente ecologistas, industriais, agricultores, comerciantes, cientistas, associações de proteção ao meio ambiente e outras relacionadas com o setor tenham sido ouvidas na elaboração deste anteprojeto a ser encaminhado ao Congresso.

Gostaríamos, a propósito, de lembrar aqui o saudoso Senador Accioly Filho, que defendia a necessidade, no Brasil, de se criar uma lei obrigando que todas as demais que já existissem fossem efetivamente cumpridas.

De nada adiantará mais uma centena de decretos, portarias, ordens internas, etc., se efetivamente a política nacional para o meio ambiente não sair do papel.

Esta nossa posição, acreditamos ser a mesma de todos os brasileiros que há muitos anos estão preocupados com o ar que respiram, com os alimentos que consomem e com o futuro de seus filhos.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, seguinte orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, cerca de um milhão e meio de pessoas vivem na Região Metropolitana de Curitiba. Estima-se que no ano 2.000, este número alcance o total de três milhões de pessoas. Esta estimativa poderia, sem dúvida alguma, trazer imensa preocupação a todos os que aqui vivem.

Afinal, como garantir que três milhões de pessoas tenham acesso aos diversos benefícios sociais, como água, eletricidade, transporte, educação e outros?

Felizmente, para todos os que vivem nos 14 municípios da Região Metropolitana, desde 1974, o futuro dessas cidades está sendo planejado. Neste ano foi criada a COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, que está subordinada à Secretaria da Administração. Este órgão trabalha para determinar quais devem ser os melhores caminhos para o desenvolvimento econômico e social da mencionada região.

Foi graças ao planejamento da COMEC que hoje Curitiba não é uma cidade altamente poluída, como acontece com São Paulo e outros centros. Os técnicos daquele órgão pesquisaram e determinaram que os ventos dominantes dos municípios da Região Metropolitana sopram no sentido da Capital. Assim, todos os municípios situados a Oeste de Curitiba foram destinados à localização da região industrial.

Ao mesmo tempo, foi estabelecido que o centro industrial da Região Metropolitana fique localizado no eixo Araucária-

-Campo Largo, tendo como suportes a Cidade Industrial de Curitiba, o Centro Industrial de Araucária e o complexo da PETROBRÁS. Deve surgir ainda, segundo a COMEC, uma área de industrialização ligada à exploração mineral entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré.

Além de preservar o meio ambiente, este processo vai evitar o tráfego de cargas pesadas por dentro de Curitiba, através de obras da envergadura do contorno Sul/Leste, que liga a BR-277 à BR-116, passando por seis municípios da Região.

O planejamento da COMEC também determinou a possibilidade de uma ampliação no Aeroporto de São José dos Pinhais em cerca de mil metros, o que vai possibilitar o pouso de aeronaves do porte do Boeing 747 ou do DC-10.

Já, no setor de transportes também aquele órgão vem olhando pelos municípios da Região Metropolitana, com a destinação de muitos recursos pelo Governo do Estado para a construção de estradas e ampliação de frotas de ônibus.

Ainda, através da COMEC os 14 municípios que cercam Curitiba passam a ser beneficiados com todos os equipamentos urbanos necessários para seu desenvolvimento e para o bem-estar da população.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não precisamos nos preocupar com o futuro da Região Metropolitana de Curitiba. Este futuro está sendo planejado pelo Governo Ney Braga, através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

A nossa preocupação sim, são os subsídios que nós como representantes do povo dessa região, podemos trazer aos técnicos que planejam o bem-estar e a segurança dos municípios vizinhos, sobre tudo dos municípios vizinhos, que como cidades satélites, sempre sofrem as consequências de cidade menor e os problemas da cidade grande.

Assim é que nós neste momento trazemos à tribuna, uma comunicação ao povo da Região Metropolitana, no sentido de que todos aqueles que porventura tenham algum problema, que entendam deva pertencer ao planejamento do Governo, para o bem-estar da população, venham por nosso intermédio, ou diretamente, trazer a sua contribuição para a grande programática do bem-estar desta comunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Raramente podemos observar nos dias atuais, ainda quando se fala em ampla e total liberdade de imprensa em nosso País, programas que elucidem a opinião pública, programas que tragam o retrato da realidade. E tivemos a oportunidade, na noite de ontem, assistindo a TV Paranaense, Canal 12, de assistir já da metade para frente daquele programa "Plantão de Polícia", com o subtítulo "Sinal Fechado", uma lembrança que, infelizmente, torna-se lembrança, dado o esquecimento imposto por várias lideranças desta Casa, à Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitada por este Deputado, em 1980, para apurar irregularidades no DETRAN do Paraná.

Tivemos aquela Comissão instalada e, lamentavelmente, já na primeira audiência, quando seria ouvido o Dr. Otácio Cesar Valeijo, os Deputados deixaram de comparecer e, logo após, vários deles renunciaram àquela CPI, inclusive o nobre Deputado Gabriel Manoel, Deputado que, logo após, solicitava o afastamento de um dos Diretores do DETRAN, porque aquele Diretor, na sua área de atuação política, estava vendendo carteiras de motorista.

Pois bem. O programa de ontem, da Rede Globo, que vai merecer, inclusive, um requerimento de aplauso àquela organização, de nossa parte, acabou, por final, desbaratando uma

quadrilha de homens ligados à Segurança lá no Rio de Janeiro, talvez até seria um programa de ficção. Mas, a verdade é que é uma ficção que calha bem para aquilo que aconteceu no Paraná, e que talvez ainda esteja acontecendo.

Digo talvez, porque a CPI que poderia apurar essas irregularidades, jamais pode se formalizar, jamais pode ouvir autoridades e pessoas envolvidas, como o Diretor do DETRAN, como o Diretor do CIRETRAN.

Tivemos o escândalo da cidade de Londrina, com o afastamento do Capitão Aparecido. Tivemos o fechamento de algumas auto-escolas, mas não tivemos a elucidação do problema.

70.000 carteiras, em 1980, era o número aproximado das carteiras frias que giravam em todo o Estado do Paraná. E este programa de ontem poderia ser um alerta para a Liderança do PDS, nesta Casa, para que pudéssemos continuar, ou pelo menos, pudéssemos reavivar a nati-morta CPI, que visava apurar irregularidades no DETRAN do Paraná.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, faço, agora, desta tribuna, e o farei logo mais por escrito, um cumprimento de aplauso à Rede Globo, não só por denunciar uma quadrilha ligada às Forças de Segurança, naquele programa, mas por fazer também um alerta ao nosso Paraná, pois, como se sabe, 1982 é um ano político, e não queremos que 1982 seja a repetição de 1978, onde até criança podia guiar automóveis.

O exemplo está em Cruzeiro d'Oeste, onde o número de carteiras de motoristas, expedidas, é superior ao número da população.

Apelo à Liderança do PDS, para que voltemos, juntos, a investir nessa CPI que pode apurar muitos malandros, que estão muito ricos, hoje, no Paraná, e gozando das benesses governamentais.

Muito obrigado pela atenção, Srs. Deputados, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério. — (Declina)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de ontem estampam uma manchete altamente elucidativa da situação de nosso País.

Um dos jornais, "Folha de São Paulo", diz o seguinte: "Concurso para 352 vagas atrai 30 mil candidatos!"

352 vagas — 30 mil candidatos! E como diz um comentarista da TV Bandeirantes, no Brasil, antes, existiam filas para: ingresso no Maracanã, para compra de ingressos para o carnaval, e também filas para o INPS.

Agora, temos uma fila de 30 mil candidatos para 352 vagas. E, na fila, uma velhinha que estava guardando vez para seu filho, e a vaga era, entre outras, para manobrista. E esse filho era estudante de Direito!

15 mil médicos estão desempregados, ou sub-empregados, no eixo Rio-São Paulo.

E dentro desse quadro, o Ministro da Indústria e Comércio e o Ministro do Trabalho, teimam em dizer que o problema do desemprego é setorial. Talvez setorial, mas em todos os setores.

Srs. Deputados, a Oposição foi criticada, nos últimos anos, por pregar a mudança do modelo econômico deste País.

E, agora, no desespero dos que estão a dominar a Nação e que instalaram esse modelo, há 17 anos, vemos que, infelizmente, tinham razão. Porque é um Ministro do atual Governo que vai à televisão e acaba admitindo que a política do Sr. Delfim Neto, do bolo crescer para depois ser repartido, realmente era furada.

E também, pela televisão, um Ministro tem o descaramento de admitir, agora, quando 30 mil candidatos esperam para 352 vagas, agora esse Ministro diz o seguinte: "Realmente, o

nosso modelo trouxe consequências desastrosas".

E foi o Ministro Camilo Pena que admitiu, anteontem, na televisão, o seguinte: "de nada adiantou o modelo econômico com alto crescimento da taxa anual, quando deveríamos ter um modelo voltado para evitar o desemprego".

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que não passe despercebido o surgimento, neste País do quarto modelo de fila, acredito que será, logo, logo, o segundo, porque, as filas para compra de ingressos não existirão mais por falta de dinheiro e as filas do INPS, por certo, desaparecerão por morte dos interessados, portanto, não haverá mais filas, ficaremos apenas com as filas dos desempregados.

Para que fique o registro, para que a classe política passe a pensar — coisa rara e difícil — é bom que se registre que, há muito tempo, a Oposição vinha alertando a Nação. E agora, quando um Ministro já admite isso, que o bolo talvez tenha crescido, mas cresceu tanto e virou apenas a casca, não há nada por dentro. E no momento de cortá-lo esvaziou, virou uma bola murcha. Nesse momento, é muito importante que se lembre, que fique também registrado que a Oposição neste País, há muito tempo vinha criticando esse modelo. Modelo que se não for alterado, levará a novas filas como a que ocorreu, para se pegar 30 mil candidatos para 352 vagas, ou que a mesma coisa, como ainda recentemente num concurso público em Brasília, para uma vaga de arquiteto — um ordenado de 24 mil cruzeiros — mil e duzentos candidatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Encerrado o Pequeno Expediente, consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "Folha de São Paulo", traz uma análise de um dos seus editorialistas, que merece a inserção nos Anais desta Casa. (Lê):

"O MAIOR INFILTRADO — RIO DE JANEIRO

"Eu também tenho entendimento como vós, e não vos sou inferior; pois quem ignora isto, que vós sabeis?", disse o outro Jó, que não era encarregado de nenhum inquérito, num tempo em que não havia bombas. O de agora também estará certo de que todos sabem do que ocorreu, pois essa maldita liberdade de imprensa tornou impossível esconder os fatos, no momento oportuno.

Essa mesma liberdade torna urgente a reformulação de alguns serviços, a fim de adequá-los às novas necessidades. Para que tenham eficácia, embora por obrigação compulsória, pagamos pesados impostos e, a julgar pelo tempo em que insistem em cobrá-los, já deveria haver na matéria doutores e mestres. Entretanto, permanecemos na incompetência histórica. Afinal, a nota do 1.º Exército, que a Polícia Militar permitiu que vazasse (para usarmos a terminologia da moda), apenas repete o óbvio. Desde Pedro I, cujo retrato está no Planalto, patrocinando João Figueiredo — pois teve prioridade sobre Tiradentes e José Bonifácio, uma vez que além de estrangeiro era também general — todo mundo sabe que a imprensa está sempre aberta à infiltração extremista e dominada por gente que deseja intrigar o País com as Forças Armadas.

Por isso, ela já era perseguida na época, depois de estar proibida durante toda a Colônia. A recente orientação para o "público interno" é, além disso, retardatária: há mais de 15 dias havíamos informado que; em nome do Ministro do Exército, tinham sido dadas diretivas a todas as unidades do Exército sobre o trabalho insidioso da imprensa para dividir os militares e descobrir culpados onde só existiriam vítimas. Uma semana depois, agora diretamente, o titular da Pasta renovava a dose.

Sobram, portanto, indícios de que o importante deixou de

se apurar a origem da bomba do Riocentro, para responsabilizar os culpados, mas descobrir como os paisanos conseguem ter acesso ao que se pretende acobertar por um falso e ridículo segredo de Estado.

De qualquer modo, em matéria de infiltração, a turma anda fraca, apontando somente os jornais. Deve ser pelo menos suspeito o senador Nilo Coelho que, após haver classificado de apressadas a nota do general Marcondes e a ficção do general Muniz, reiterou a afirmativa, dizendo-a refletir o pensamento do general Figueiredo. Seriam elementos infiltrados, também, o policial Tatá, que disse existir outra bomba, os médicos que verificaram o laconismo do capitão vitimado e, finalmente, ele mesmo que, recusando morrer, está atrapalhando as versões arrumadas. N.R."

Esta colocação a nível de editorial da "Folha de São Paulo" de ontem, Sr. Presidente, nosso comentário é exatamente para concluir, porque até ironia existe neste artigo, de que só faltam agora responsabilizar pelas bombas do Rio Centro, os homens da imprensa.

É óbvio que também de maneira genérica o documento do Primeiro Exército e da própria Polícia Militar, acusa sem provas, atira uma sombra negra sobre a imprensa como um todo. O documento afirma contra todas as evidências.

O jornalista Mino Carta também, no dia de hoje, conclui num artigo muito bem elaborado, dizendo: — "a finalidade da imprensa, a sua razão de ser, está na atitude crítica e fiscalizadora do Poder. Os autores da nota do Primeiro Exército deveriam saber que fazem parte do Poder e também deveriam saber que o Brasil não vai bem economicamente, embora no Poder permaneça o mesmo regime há 17 anos".

Sr. Presidente, quando a imprensa através de homens da qualidade dos que elaboram esses editoriais e esses artigos, evidenciam também a preocupação, como ontem estava em Brasília, de todos os setores da Oposição, repudiando uma nota que procura, de maneira muito incisiva, preparar o terreno para a volta à "caça às bruxas" e tentando responsabilizar por fatos ocorridos e que estão ocorrendo neste País, nada mais nada menos do que os infiltrados na imprensa brasileira.

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados, não só ridículo, não só maneira insidiosa de acusar, mas acima de tudo tentar-se "tapar o sol com a peneira", tentar-se colocar, em todo o instante, uma verdadeira cortina para evitar que a Nação possa saber das coisas.

Precisamos, mais do que nunca entender que quando temos novos ares de abertura e de democracia, há que se conviver com a imprensa livre, que vai documentar os fatos, que vai trazer à evidência a crítica, que vai portanto também informar e formar a opinião pública. Sentimos que através deste tipo de manifestação cabe toda a razão quando o Líder do PMDB, na Câmara Federal, Odacir Klein, ao comentar a nota em destaque disse: — que a acusação de que a imprensa forja fatos sobre as bombas do Rio Centro, — diz o Líder do PMDB, demonstra claramente que se ilude quem estiver esperando uma apuração completa a respeito deste assunto.

É óbvio de que a partir deste instante muito mais importante parece, do que apurar a responsabilidade, é já preparar o ambiente para trazer a nu e cru talvez uma informação desviada, não a realidade, não a evidência, não a verdade que todo o Brasil precisa.

Não tenham dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta técnica não é nova. Já vimos este filme antes. O mais grave está aí, que o mais importante que é exatamente a apuração dos fatos, passou para um plano secundário. Agora a importância no País, o importante em torno da questão maior do terrorismo é acusar a imprensa, é responsabilizar como culpados os homens da imprensa que estariam infiltrados, para querer jogar a Nação contra as Forças Armadas.

Também preciso registrar aqui aqueles que, de maneira

insidiosa, procuram também não só jogar a imprensa, como setores da opinião pública, como setores da Oposição contra as Forças Armadas, quando nos colocamos contra alguns setores que estão efetivamente participando de um poder paralelo e que estão, na verdade, prontos e preparados para evitar que este País possa se solidificar numa democracia plena, na liberdade ampla, no rumo a uma justiça social que todos almejamos. O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nelton, logicamente que aqueles que se cevaram no regime ditatorial durante todos esses anos, não podem ver com agrado, com satisfação, a atuação da imprensa. Logicamente se hoje tivéssemos a censura que existiu durante largos períodos desse regime ditatorial instalado em 64, as versões que a Nação poderia conhecer hoje, seriam as versões desses organismos que estão aí. Acho que seria muito salutar que todos aqueles que estão no Poder, fizessem o jogo da verdade, não quisessem fugir do mesmo. As evidências estão aí e não fica bem nem ao Primeiro Exército, nem ao segundo, nem ao terceiro nem ao décimo oitavo, querer fazer com que a Nação venha a acreditar que alguém esteja laborando contra as Forças Armadas. É preciso que se diga aqui, uma vez mais, que quando alguém fala contra um padre corrupto, que está traíndo a doutrina da Igreja, não se está atacando a Igreja como instituição.

Quando se fala contra um jornalista que não cumpre com a sua obrigação, de dizer a verdade, não se está atacando a imprensa, no seu sentido global. Da mesma maneira quando, nós da Oposição, levantamos as nossas críticas, contra alguns militares, é necessário, que se diga mais uma vez, que ninguém está atacando as Forças Armadas. As Forças Armadas sim é que deveriam cuidar, olhar elementos enquistados dentro dela e que não estão cumprindo com os próprios regulamentos das Forças Armadas.

Agora, é dogma neste País, quando alguém fala alguma coisa de alguém que está usando uma farda, parece que o mundo vai cair. Estou cansado, nós todos, políticos estamos cansados, de vermos o seguinte: — Todos os dias nós estamos vendo militares, puxando as orelhas de nós políticos, de nós civis. Nós não sabemos nada, nós estamos dando versões erradas; nós devemos ficar calados. Eles podem, quando no meu entendimento segundo aquilo que a gente lê do Regulamento dos Militares, eles deveriam cumprir a sua obrigação constitucional: garantir o Governo; e não ficarem a dar entrevista, todos os dias, contra os políticos. Por quê? Então é necessário que se coloque estas questões nos seus devidos lugares. Ninguém é contra as Forças Armadas. Ninguém é contra aquilo que é correto. Mas nós precisamos deixar registrado, precisamos falar, que nós não concordamos com essas notas que são expedidas para o público interno. A imprensa tem o dever de questionar, de investigar.

Nos Estados Unidos, meu caro Deputado Nelton, dois jornalistas derrubaram um Presidente da República, que tinha descumprido a Constituição. Aqui, quando o jornalista fala alguma coisa contra aqueles que assaltaram o poder, ele corre um risco muito grande. Ele é enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Na realidade, existem dogmas neste País que precisam ser derrubados. O Primeiro Ministro Japonês renunciou ao seu mandato, porque no comunicado conjunto, expedido em relação à visita que ele fez aos Estados Unidos, a palavra "Aliança" foi colocada de maneira incorreta, segundo a maioria dos componentes do próprio governo japonês. E ele renunciou. Na Itália se denunciou que havia ligação de alguns elementos da Maçonaria numa jogada excusa com elementos do Governo e o Chefe do Governo renunciou. Aqui a ladrãozada é denunciada e todo mundo se apega mais ao cargo. É preciso que se diga isto. Nós não estamos atacando Forças Armadas. Não é esse o objetivo da Oposição. Mas nós também não estamos aqui para engolir sapo de ninguém. A verdade é a verdade. Os fatos são os fatos. E aqueles que querem modificar as coisas não terão o nosso silêncio, não te-

rão a nossa concordância. Daí a justeza do registro que Vossa Excelência está fazendo nesta Casa, quando elementos da imprensa que são obrigados a fazer reflexão, estão bem informados, colocam de maneira meridiana, a posição equivocada que querem dar e estão tomando esses que estão fazendo com que a Nação não se mobilize realmente para impedir que os terroristas façam a implantação de um novo regime mais fechado do que aquele que tivemos no passado.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, que evidencia com muita clareza, e firmeza, até, esta posição nítida nossa, que tem sido de lutar, questionar, pressionar, a apuração dos fatos, muito mais importantes do que possíveis desvios acusatórios, aqui e acolá, é trazer a responsabilidade.

E me vem aqui, também, a palavra do Presidente do PMDB, que disse “não acreditar que a imprensa possa, intencionalmente, desejar comprometer qualquer instituição nacional, notadamente as Forças Armadas”.

E acrescentou o Deputado Ulisses Guimarães: “O comportamento da imprensa tem-se caracterizado pelo exercício do direito de crítica, e, mais do que isso, do direito de informar”. “Passa-se um mês — diz o Presidente do PMDB — e até agora nada de objetivo sobre as explosões no Rio Centro. Posteriormente já houve novos atentados terroristas, como a jornais, como ao jornal do Espírito Santo, e, inclusive, no Senado”. O essencial — diz Ulisses Guimarães — é a apuração e a punição. Isso é o essencial, o que não vem ocorrendo em mais de uma centena de atentados terroristas”.

Não é acusando a imprensa, Sr. Presidente, não é querendo colocar setores da Oposição, Deputados, entidades, intelectuais, e tantas organizações desta sociedade, contra as Forças Armadas é que nós vamos chegar à plenitude democrática.

Não é esta a grande avenida que nós precisamos trilhar para podermos abraçar, no horizonte, uma democracia efetiva e a liberdade que sonhamos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, precisamos exatamente reagir, dar este “basta” e concluir que efetivamente, os atentados precisam é de responsabilização, apuração dos autores e a condenação da penalidade mais drástica possível.

E concluo, Sr. Presidente, deixando aqui tão somente um último princípio que deve gerir todos os democratas deste País. Não há democracia, Sr. Presidente, não há democracia onde não há liberdade de expressão para todos os cidadãos, muito mais para a imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa tem a satisfação de registrar a presença do Vereador Idair Guancino, de Francisco Beltrão e do Deputado Federal Amadeu Gears.

No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Liderança do Governo quer prestar esclarecimentos à Casa, procurando estabelecer a verdade dos fatos, ontem abordados na Sessão Plenária, pelos ilustres Deputados Nilso Sguarezi e Deni Schwartz, envolvendo substituição de direções escolares nos municípios de Palmas e de Pérola do Oeste.

Primeiramente, cabe esclarecer que as substituições foram efetivamente feitas por solicitação dos dois Prefeitos Municipais. E feitas não pelo mero interesse de manobras políticas, como se pretendeu afirmar nesta Casa, e fazer da afirmação a verdade final. Substituição, em ambos os casos, que ocorreu, pura e simplesmente, por interesse administrativo, por interesse maior da Educação nos dois municípios.

E essas duas alterações, acabaram por resultar em alguns desdobramentos que a Casa tomou conhecimento, dos quais a Casa toma conhecimento, hoje, com uma outra versão. E aconte-

cimentos dos quais, especialmente, as populações de Palmas e Pérola do Oeste sabem — e nos permitimos, por essa razão, também, dar aos Srs. Parlamentares, a versão governamental, abstraída qualquer manifestação de interesse, de cor política, e pura e simplesmente, se fazendo uma análise verdadeira, real, da situação.

Lamento não dispor de mais tempo para poder me servir de toda uma gama de informações. Mas, quero, com respeito ao pronunciamento feito pelo Deputado Nilso Sguarezi, pinçar no discurso de Sua Excelência alguns aspectos para respondê-los. aqui, desta tribuna, e firmar a posição do Governo, a esse respeito.

Primeiramente, referindo-se à greve dos professores, em 1980, diz o Deputado Sguarezi que: “a reduzidíssima parcela dos que discordaram ficou por conta daqueles que ocupam cargos de confiança na Educação do Paraná”.

Parece-me que seria incorrer num erro brutal, pensar de forma contrária, porque, qualquer pessoa que exerce um cargo de confiança, está investida nessa função pelo pressuposto que realmente merece a confiança da autoridade que a nomeia.

Logo, não se poderia esperar um comportamento em contrário. Seria até ilógico que pessoas que exerçam cargos de confiança — porque exercendo cargos de confiança como que admitem a normalidade do processo administrativo, institucional, ou política, seja lá a conotação que se pretenda dar, pessoas que ocupam esses cargos, essas funções, simplesmente por esse vínculo, por esse elo de confiança.

Quebrada a confiança, têm essas pessoas que deixar, automaticamente, deixar as suas funções.

Diz, a seguir, o Deputado Nilso Sguarezi: “a altivez, a dignidade, o espírito de coleguismo, determinam ficarem muitos diretores solidários às reivindicações do Magistério e, como consequência, colocassem seus cargos a disposição”.

Não é verdade. Não houve um só caso em que diretores se dispusessem a solicitar demissão de seus cargos. Mesmo em Palmas, aqueles que o fizeram verbalmente, se recusaram a fazê-lo por destrito, porque não existe pedido de demissão verbal. Em nenhuma circunstância, nem nas administrações públicas, nem nas empresas privadas ou estatais, regidas pela CLT. Logo, não houve a manifestação formal, não houve a manifestação escrita, logo, não se pode imaginar que tenha havido esse tipo de reação.

E mais, diz o ilustre Deputado: “aqueles diretores altivos e conscientes de suas responsabilidades foram trocados...” Também não é verdade.

Os três estabelecimentos de ensino de Palmas, têm, no total, 6 diretores. Apenas dois foram substituídos, em fevereiro de 1981. Portanto, quase quatro meses após o encerramento do movimento paredista dos professores.

Não como se possa, portanto, vincular essa alteração à greve dos professores, em outubro de 1980.

E mais, no entender do ilustre Deputado: “automóveis foram usados para dissolver piquetes de mobilização pacífica dos professores”. Tenho a impressão que incorre, o ilustre Deputado, num erro de interpretação. É muito difícil se admitir, numa greve, que haja um piquete de mobilização pacífica. Porque, o piquete, por si, é uma quase violência. Porque, ele tenta obstruir. E quando não consegue obstruir simplesmente pela mobilização de pessoas que se concentram em determinados grupos, esses piquetes acabam por pressionar e às vezes até, fisicamente, para impedir a consumação de uma atitude que significa uma reação em contrário, aos objetivos do piquete.

O incidente a que o Deputado se refere, envolveu na verdade, apenas um automóvel, sobre o qual os elementos do piquete tentavam investir e não que o carro tenha sido atirado, tenha sido impulsionado contra essas pessoas. O que na verdade, configuraria um crime. Mas não se pode aceitar que uma

mente humana de mediana inteligência, e eu parto do pressuposto de que os professores paranaenses são todos inteligentes, que uma mente mediana de inteligência, cometesse uma loucura desta ordem impulsionando um veículo contra um grupo de pessoas.

A agressividade dos piquetes em Palmas foi o fator determinante da intervenção policial, a bem da ordem pública e da segurança das pessoas, como não podia deixar de ser. Menciona mais o Deputado Nilso Sguarezi, o fato da Inspectora Regional ser vereadora do PDS. E aqui cabe até, uma homenagem à Inspectora Regional, ser reeleita vereadora também, pelo PMDB. Porque a vida pregressa dessa Senhora, como profissional da educação, é das mais elogiáveis e ninguém, em eleição alguma, consegue a maior votação por acaso ou por manipulação. Não.

Renda-se portanto, a nossa homenagem a essa Inspectora e Vereadora circunstancialmente do Partido Democrático Social, conseguiu ser a Vereadora mais votada. E qual é o impedimento que há, da Vereadora ser Inspectora Regional? Se a própria legislação federal permite que vereadores ocupem cargos públicos, se Deputados Estaduais e Deputados Federais podem ocupar funções de Secretários de Estado.

Qual é o impedimento que há? Nenhum. Não se pode ignorar o passado da professora Euni como educadora, isso é indiscutível.

Afirma a seguir o Deputado Sguarezi. "A escolha do Diretor da Escola Sebastião Paraná, professora Delsima Lara Sampaio, desagradou os professores de Palmas, pois a mesma manifestou-se afrontosamente contra o movimento "Educação e Justiça".

A nossa resposta, como se vê, um movimento pela educação e pela justiça, mas que não respeita as opiniões divergentes. Terá sido a professora Delsima a única a ter essa opinião em Palmas e no Paraná? Será que somente os grevistas são os conscientes e responsáveis na educação do Paraná?

E aqui cabe um esclarecimento também à Casa. Aquela professora foi acusada frontalmente numa Assembléia da Subsessão da Associação dos Professores em Palmas, por um professor. E aquela acusação frontal à professora, acabou gerando um inquérito administrativo instaurado pelo Secretário Edson Machado de Souza, a pedido da ofendida. O inquérito administrativo não tem origem em motivação política alguma. A professora Delsima se sentiu ofendida pelas palavras, pela leitura de um documento numa Assembléia de professores e acusada injustamente, solicitou a instauração de um inquérito. E seria omissão criminosa do Secretário, se não atendesse ao pedido de sua Diretora. Mas um inquérito com total liberdade, um inquérito em que o acusado tem, todo o direito de defesa, e no qual, mesmo que concluídas as investigações, não se deu ainda a decisão, não houve ainda o seu julgamento. Logo, não houve tipo algum de punição ao professor.

E a Diretora da escola, pura e simplesmente, dentro dos limites dos seus direitos, pediu a instauração desse inquérito, no que me parece, ter sido absolutamente normal o seu comportamento.

E mais, diz o Deputado Nilso Sguarezi: "foi a professora relapsa e irresponsável da escola, já que somou de acordo com o livro ponto, 112 faltas no ano letivo de 1.980".

Estranha-se em primeiro lugar, que só se tenha trazido o dado de 1.980 e não se tenha trazido o dado dos anos letivos anteriores. Mas se omitiu deliberadamente aqui, uma circunstância pessoal, humana, grave, para aquelas faltas ocorressem.

Mãe, esta mulher, de uma criança de dois anos, teve o dissabor, o desprazer, a angústia, a aflição, a tortura de ver sua filha com todas as suas vestes pegando fogo, e foram necessários noventa dias de acompanhamento permentente para

que aquela criança fosse recuperada. Não há cuidado melhor, para uma criança, do que o cuidado de sua mãe. Aí está a origem das faltas, não se contesta isto.

Mas simplesmente se procurou afirmar que a professora Deusima teve 112 faltas, mas não se mencionou que enfrentou este tipo de problema. E é comum, todos sabemos que o cotidiano nos diz, nos informa, que quando há este tipo de problema familiar, não há pai, não há mãe, que não tenha sua cabeça balançada, e não há pai, não há mãe, que não tenha o cuidado efetivamente de dar atenção maior que seu filho ou sua filha merece.

Mas a frente, todos os anos, findas as aulas, surgem problemas na administração das escolas, na distribuição de aulas extraordinárias e com professores que lecionam na faculdade.

Vale salientar, Srs. Deputados, que a distribuição de aulas extraordinárias não se faz ao bel-prazer das direções das escolas. Esta distribuição é regulada por decreto e por resoluções do Secretário de Estado da Educação. Não há possibilidade de se fugir aos critérios estabelecidos e, se isto acontecer, o professor preterido tem que recorrer e terá os seus direitos integralmente atendidos. Recursos desta natureza têm sido apreciados até pelo Conselho do Magistério, quando esgotada a instância administrativa.

Quanto aos professores que têm outras ocupações, como lecionar na faculdade local, obviamente têm que conciliar seus horários de trabalho, o que sempre procuraram fazer, em detrimento dos estabelecimentos de ensino estaduais e de seus próprios colegas. O que, na verdade, não se pode...

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... deixar de dizer que é lamentável. A pessoa que tem uma função pública tem que assumir, fundamentalmente, o seu compromisso com a mesma.

É o mesmo que amanhã ouvirmos justificativas de Deputados que não vêm a sessão porque estão tratando de seus interesses fora de Curitiba, ou do Paraná. Parece-me que isto não tem justificativa.

Com muito prazer concederia o aparte ao Deputado Deni Schwartz, mas realmente tenho, o Presidente já me informa, mais um minuto e eu gostaria de ir um pouquinho adiante para prestar estes esclarecimentos que são de valia também para o Deputado Deni Schwartz. Se for o caso, continuaremos este debate nas sessões da próxima semana.

Diz mais o Deputado Sguarezi: a APP encarregou o professor Miraldo de Carli para efetuar a leitura daquele texto referido anteriormente contra a diretora, professora Deusima. Por que ele aceitou? É a nossa pergunta.

A nossa resposta é a seguinte, porque o texto não poderia ser lido pelos dirigentes da APP, uma vez que um deles é o marido da inspetora de segundo grau, a qual circunstancialmente, encontrava-se na direção dos trabalhos da reunião e que aliás havia sido convocada para fins administrativos.

Em hipótese alguma caberia aproveitar-se desta ocasião para um manifesto da natureza que ele leu.

Isto configura também que não existe manipulação política nas decisões administrativas no que toca àquela inspetoria de 2.º grau.

Os processos de julgamento do Professor Miraldo de Carli. Pode-se negar a alguém o direito de defesa quando acusado? Foi o que fez a Professora Deusima, recorrendo não só à Justiça comum, pois registrou queixa, como também ao processo administrativo. E não existe ainda, reitero, decisão acerca deste processo.

Mas ainda, diz o Deputado Sguarezi: "A Hierarquia funcional não pressupõe a submissão, mas tampouco autoriza

o arbítrio.”

De quem terá sido o arbítrio? — Perguntamos nós. Da pessoa ofendida e ultrajada que recorreu os seus direitos? Ou daqueles que se prevalecendo de uma reunião administrativa e a quem se dirigia, formularam de público ofensas e lançaram o ultraje. Ou será que a calúnia, a difamação, a injúria, ou qualquer ofensa que se possa atacar contra alguém, essas figuras não merecem ser respondidas?

Será que esse tipo de crime não merece ter uma resposta na Justiça Comum e também na área administrativa?

E mais ainda, para concluir, Sr. Presidente. Agradeço a benevolência de Vossa Excelência. - “faço um desafio ao nobre Secretário da Educação. Determine Sua Excelência um plebiscito”.

Muito bom.

O Secretário Regional da Educação já determinou à quinquagésima Inspeção Regional de Ensino, a promoção da escolha através de escrutínio secreto, no qual participarão os professores efetivos de cada estabelecimento de ensino de Palmas, mediante a votação de listas tríplices para a indicação dos novos diretores.

Diga-se que este procedimento já vem sendo adotado em caráter experimental, em várias ocasiões, especialmente em Londrina, de onde os diretores nomeados, nos últimos dois anos, todos foram escolhidos por este tipo de votação.

Isto é plebiscito.

Isso é escolha democrática. E quero me valer de exemplos de municípios meus, representados nesta Casa, e representados junto ao Governo do Paraná. Quando não encontra o consenso já se recorreu a este tipo de critério. Então o plebiscito proposto ontem pelo Deputado Sguarezi já vem sendo realizado, por determinação do Secretário Edson Machado, há algum tempo.

Estes então os esclarecimentos, e na ausência de tempo, Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência considerasse lido o pronunciamento que preparamos para responder especificamente o problema de Palmas.

E na próxima semana, em resposta ao Deputado Deni Schwartz, nós falaremos sobre o problema de Pérola do Oeste. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nílso Sguarezi) — Deferido o requerimento do nobre orador.

Desde meados do mês de fevereiro instalou-se na Cidade de Palmas uma situação de verdadeira crise nas escolas estaduais, com a criação de um clima de tensão que já descambou, mais uma vez, para ações de verdadeiro “terrorismo” em relação à professores, alunos, autoridades administrativas do sistema educacional e, sem dúvida, em relação à comunidade como um todo.

De fato, de uns tempos para cá, professores, alunos, pais e representantes oficiais da Secretaria da Educação têm sido pressionados e até ameaçados por um grupo de professores que, a despeito dos seus permanentes clamores por “democracia” e por “justiça”, insistem em desrespeitar os mais comecinhos princípios do ideário democrático e da justiça. Sob a alegação de que pretendem evitar as indêbitas “interferências políticas” na educação, nada mais fazem do que praticar a mais baixa politicagem. É preciso que alguém esclareça à comunidade palense em particular e aos paranaenses de um modo geral o que realmente está se passando naquela cidade sulina.

Vejamos inicialmente os fatos: a crise eclodiu quando, a 18 de fevereiro próximo passado, aproveitando-se de uma reunião de professores, de caráter administrativo e, por isso mesmo convocada pela Titular da 50a. Inspeção Regional de Ensino, com sede em Palmas, um professor pediu a palavra para transmitir um “comunicado” da Associação de Professores do Paraná. O professor passou à leitura de um documen-

to que nada mais era do que um libelo acusatório contra uma das Diretoras da Escola Sebastião Paraná, recentemente nomeada e, indiretamente, contra a Titular da Inspeção Regional e outras autoridades detentoras de cargos públicos. A razão essencial do libelo residia no fato de a referida Diretora ter sido nomeada pelo Secretário da Educação, autoridade competente para tal, sem que fossem ouvidos os professores da Escola. Mas, considerando que esse procedimento do Secretário é normal na sistemática em vigor de escolha e nomeação de Diretores de Escolas, foi necessário acrescentar que a escolha, no caso, recaía sobre pessoa não qualificada e relapsa no cumprimento de seus deveres, como professora que era da mesma Escola. Evidentemente o professor que usou da palavra, não teria se limitado à simples leitura de um documento adrede preparado, tendo acrescentado à leitura os seus comentários pessoais, de cujo conteúdo não há registros.

A Diretora em questão, naturalmente ferida em seus brios e sentimentos, usando dos direitos conferidos a qualquer cidadão que se sinta injuriado, difamado, caluniado, recorreu a quem de direito; à autoridade policial local apresentou queixa e solicitou abertura de inquérito policial; ao Secretário da Educação requereu a abertura de inquérito administrativo. Afinal tinha, como tem, o direito de requerer a apuração da veracidade das acusações contra ela apresentadas e, no âmbito da administração pública, o caminho para isso é o inquérito administrativo, processo pelo qual todos podem apresentar seus argumentos para que sejam ponderados pela autoridade superior. Sabia a Diretora que, eventualmente, as conclusões do inquérito poderiam levar a sua própria demissão do cargo de confiança que ocupa.

Por outro lado, a autoridade administrativa, no caso o próprio Secretário de Estado da Educação, não caberia outra alternativa que não a instauração do inquérito, vez que requerido por quem dê direito e sendo este o único caminho para a apuração da verdade dos fatos. Além disso, considerando que o porta-voz das acusações levantadas contra a Diretora era, como ainda é, professor da própria Escola pela acusada dirigida, indicava a mais elementar prudência que o mesmo fosse afastado, como providência acautelatória, os seus misteres docentes enquanto se processasse o inquérito. A bem da verdade, lembre-se que esse afastamento como medida cautelar não se configura, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos, como punição.

Tão logo tomaram conhecimento das providências tomadas pela Diretora ofendida, apressaram-se os dirigentes da Associação dos Professores do Paraná, em Palmas, a divulgar uma “carta aberta dos professores de Palmas”, datada de 21 de fevereiro, portanto apenas 2 (dois) dias após os acontecimentos. O que contém de concreto essa “carta aberta?”

Em primeiro lugar, uma acusação ao Secretário da Educação que teria substituído “sigilosamente” e em “flagrante desrespeito à solicitação da Classe” dois Diretores de Escolas de Palmas; em segundo lugar, acusações à Diretora nomeada para a Escola Sebastião Paraná, que “foi a Professora mais relapsa e irresponsável da Escola”, além do que “manifestou-se afrontosamente contra o Movimento Educação e Justiça” (denominação que se dá ao movimento grevista dos professores que aconteceu em 1.980); em terceiro lugar, acusações contra a Titular da 50a. Inspeção Regional de Ensino que, ademais de ter sido “colocada no cargo contra a vontade da maioria dos professores”, ainda “costuma agir não em benefício da educação, mas para satisfazer interesse político-pessoais inconfessáveis”. A referida “carta aberta” foi dada a público e formalmente endereçada a todas as autoridades eventualmente interessadas, através de ofícios assinados por três dirigentes da Associação dos Professores do Paraná em Palmas.

Note-se, pois, que antes mesmo que fosse instaurado

o inquérito administrativo solicitado pela Diretora ofendida já a Associação, por seus dirigentes, vinha de público repetir e enfatizar as suas “acusações”, que não passam na realidade de insinuações nunca comprovadas ou de queixas a propósito de procedimentos administrativos (nomeações) absolutamente normais e consagrados pela tradição.

Instaurado o inquérito administrativo que fora requerido e afastado, como medida acautelatória, repita-se, o professor que havia sido o porta-voz das acusações iniciais, voltam os dirigentes da Associação dos Professores a pronunciar-se, no dia 7 de março, agora através de um “documento de apoio” ao professor indiciado. Apoio por que? Porque a Diretora ofendida havia apresentado queixa na polícia e porque o Secretário da Educação havia determinado inquérito administrativo sobre o caso. Mas, qual a punição aplicada ao professor? Nenhuma, simplesmente nenhuma. Tanto o inquérito policial quanto o administrativo estavam ainda em andamento, sem ter apurado culpa de quem quer que fosse. Conclui-se que o “documento de apoio” pretendia apenas elidir o direito a qualquer pessoa que se sinta ultrajada, ofendida, injuriada, difamada, de recorrer aos canais competentes para exigir JUSTIÇA. Sem inquérito não há como apurar a verdade e fazer a justiça!

Ainda não satisfeitos, no dia 10 de março, os dirigentes da Associação dos Professores convocam uma assembléia dos professores de Palmas para tratar da “Paralisação das Atividades Escolares em solidariedade ao Professor” e das “Estratégias para a conscientização de pais, alunos e comunidade”. Repita-se que ninguém ainda havia sido punido, seja pela justiça comum, seja pela administração, e já se tratava de paralisar atividades, ou seja, fazer greve, em solidariedade a alguém. E a greve foi feita, nos dias 16 e 17 de março.

Novas manifestações de solidariedade ainda foram realizadas: um abaixo-assinado de alunos, manifesto de um Encontro dos Professores do Vale do Ivaí, realizado na Cidade de Ivaiporã. Essas manifestações continuavam, além da solidariedade ao professor envolvido nos inquéritos, a insinuar acusações nunca explicitadas contra a Titular da Inspeção Regional de Ensino.

Diante de tais fatos, cujo único objetivo somente poderia ser o de criar um clima hostil às autoridades educacionais e do Governo em geral no seio da comunidade palmense, o secretário da Educação atendendo solicitação da Inspeção Regional e recomendação do Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar já instalada, resolveu abrir novo inquérito administrativo, desta feita, para apurar as responsabilidades dos dirigentes da Associação dos Professores do Paraná em Palmas nos acontecimentos. Como era de se esperar, novos documentos de apoio aos professores indiciados e novas acusações de arbítrio e prepotência das autoridades, numa movimentação que culminou, na noite de maio, com uma passeata de alunos que chegaram ao cúmulo, pasme-se, de tentar invadir o restaurante onde jantavam os membros da Comissão de Processo Administrativo, para intimidá-los. Iniciativa espontânea de adolescentes? O clima de terror que se instaurou foi de tal ordem que, no dia seguinte, a Comissão de Processo Administrativo teve que se retirar da cidade, sob escolta policial, por falta de segurança para prosseguir seus trabalhos.

Aparentemente, alguns professores em Palmas não desejam que se faça justiça, ou então gostariam que se fizesse apenas a justiça deles. A instauração de inquérito policial ou administrativo, única via regular para a apuração de responsabilidades é vista, desde logo, como punição, como medida intimidatória. Acusam as autoridades investidas de prepotentes e arbitrárias, quando somente eles, um grupo de professores que não se identificam, vêm a público, através de panfletos apócrifos, insinuar acusações jamais provadas, sequer nos inquéritos em andamento.

Política! Esta é a grande “acusação” que fazem às auto-

ridades educacionais: ingerência política nos assuntos da educação. Acontece que, de fato, a Titular da Inspeção Regional de Ensino é também a Vereadora mais votada no Município de Palmas, eleita pela antiga ARENA e hoje integrante do PDS. E quantos Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, exercem cargos na administração pública? De fato, a escolha de ocupantes de cargos de Direção e Inspeção no Sistema Estadual de Ensino se faz auscultando as lideranças políticas locais e assim tem sido em razão da influência que essas pessoas passam a exercer nas comunidades onde atuam, como decorrência do estreito contato que passam a ter com professores e pais de alunos, exigindo-se deles, portanto, não apenas competência profissional mas também habilidade no trato de questões de interesse coletivo da comunidade. Mas, a circunstância de ocuparem cargos executivos não faz dos detentores de mandatos populares ou daqueles que por estes são respaldados, administradores “polítiques”, que usam de seus cargos para acobertar ou promover irregularidades em benefício de apaguados. Se assim procederem estarão sujeitos, tanto quanto qualquer outro, aos rigores da lei. Mas, para isso, é preciso que se produzam as provas das arbitrariedades e irregularidades cometidas.

Prepotência, arbitrariedade! A abertura dos inquéritos envolvendo quatro professores de Palmas é alardeada pela Associação dos Professores como um ato de intimidação, que visa amedrontar o magistério palmense. Ora, saberão os professores de Palmas que o Secretário da Educação praticou talvez o primeiro ato de anistia no Estado do Paraná, ao revogar, no início de sua gestão, as punições que haviam sido impostas a professores em decorrência do movimento grevista de 1978? Saberão os professores de Palmas que entre os anistiados se encontra o próprio Presidente da Associação dos Professores do Paraná? E que dizer da prepotência de alguns professores que difamam publicamente ou que intimidam na privacidade colegas seus e, o que é pior, seus próprios alunos? Que dizer da arbitrariedade daqueles que fazem colegas seus e alunos, pasme-se, assinarem folhas em branco às quais depois se acrescenta um memorial cujo teor não é do conhecimento dos signatários?

O cargo exercido pela Inspectora Regional de Ensino é da confiança do Sr. Governador do Estado, que a nomeou mediante indicação do Secretário da Educação. A substituta natural da Inspectora Regional, nos seus impedimentos, é a Inspectora de Ensino de 2º Grau, a qual, por coincidência, é esposa de um dos líderes do movimento, este também indiciado no segundo inquérito administrativo. Outra coincidência é que o advogado constituído pelos indiciados, é também vereador, militando num dos Partidos da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 02/81, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação do Alcoólatra de Bandeirantes”, com sede em Bandeirantes.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 02/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE

BANDEIRANTES, com sede na cidade de Bandeirantes.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 03/81, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação de Alcoólatras de Pérola-ARA”, com sede e foro na Cidade de Pérola.
— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 03/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE PÉROLA — ARA, com sede e foro na Cidade de Pérola.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 15/81, que declara de utilidade pública a “Obra Filantrópica das Irmãs Filhas da Cruz”, com sede e foro em Curitiba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 15/81.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS FILHAS DA CRUZ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 01/81, (Mens. Govern. nº 02/81), que aprova os convênios celebrados em 11/11/1980, entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. —

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/81
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 11 de novembro de 1980, entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de CIANORTE, LOANDA, NOVA OLÍMPIA, PARANAVAI, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, SÃO PEDRO DO PARANÁ e TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no exercício de 1.980, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo do Noroeste do Paraná. — PRONOROESTE.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu acho que a Mesa está incorrendo num erro.

No início desta sessão foi feito um pedido de verificação de “quorum” e que a sessão só poderia prosseguir sem deliberar.

E agora nós estamos deliberando. Não havia número para deliberação e apenas para prosseguimento da sessão.

Parece-me que a sessão não estava se fazendo dentro desse “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa informa a Vossa Excelência que a praxe do Plenário consiste em que sempre que um senhor Deputado tenha dúvida se existe o número para votação, após o prosseguimento da sessão, deverá fazê-lo na hora oportuna.

Portanto, a Mesa considerou haver o número suficiente para deliberação.

E se Vossa Excelência deseja a verificação de “quorum”, nós a procederemos.

Caso contrário, a Mesa, por economia, considera haver número legal.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela ordem) — Antes da verificação de votação, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de “quorum” legal.

(O Sr. 1º Secretário procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Responderam a chamada 17 Senhores Deputados.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

A Mesa registra com satisfação, a presença do Engenheiro Agrônomo Moacyr de Almeida, membro da Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 1º de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 1/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 7/81.

—

—

—

—

—

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 437/81

designar ADILSON VICENTINI, matrícula nº 110 ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

(Protoc. nº 4059).

PORTARIA Nº 438/81

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula nº 416, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 13 de setembro de 1977 e 13 de maio de 1981, antecipado em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio e das férias de 1967, 1977, 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei 6174, a partir de 13 de maio de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. nº 3738).

PORTARIA Nº 439/81

conceder ao funcionário JONAS ZAMPIER, matrícula nº 339, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 20 de maio de 1981, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

(Protoc. nº 4009).

PORTARIA Nº 440/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula nº 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 3450).

PORTARIA Nº 441/81

conceder à funcionária EUMÊNIA DE OLIVEIRA, matrícula nº 469, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 28 de abril de 1981, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

(Protoc. nº 3374).

PORTARIA Nº 442/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1982, a permanência neste Poder, dos funcionários abaixo relacionados, designando-os para prestarem serviços conforme específica:

IVES PONENTKE — Departamento Legislativo
ERNESTO GNOATO — Gabinete do Deputado
Basílio Zanusso

(Protoc. nº 3922)

PORTARIA Nº 443/81

designar ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula nº 055, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Assessoramento junto à Comissão de Constituição e Justiça.

(Protoc. nº 3463).

PORTARIA Nº 444/81

Constituir Grupo de Trabalho, presidido pelo Sr. Diretor Geral e composto pelos funcionários MANOEL AGUIAR FILHO, JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO, ALMIR SANTOS, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, ACIR VILLATORE, WILSON KAIEL, EDISON HEIBEL, JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS e HONORINO LUIZ

COLLA, para reformular os fichários do Departamento de Pessoal, bem como a respectiva documentação dos funcionários deste Poder, inclusive os funcionários Contratados, Senhores Deputados e Funcionários Adidos.

(Protoc. n.º 2558).

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de maio de 1981.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral